

JUSTIFICATIVA
PL 0288/2014

O elevado Presidente Arthur da Costa e Silva foi inaugurado em 1971, durante o período do regime militar e recebeu esta denominação pelo então prefeito de São Paulo, Paulo Salim Maluf.

O governo do Marechal Artur da Costa e Silva foi instaurado pelo Golpe Militar de 1964.

Ao final de 1963 Costa e Silva participou ativamente da conspiração que derrubou o presidente da república democraticamente eleito João Goulart. Assumiu o Ministério da Guerra logo após o Golpe de 1964, posicionando-se como verdadeiro defensor dos interesses da chamada linha dura da ultra-direita no interior das Forças Armadas e, com o Ato Institucional número 2 - AI-2.

Costa e Silva extinguiu a Frente Ampla, movimento de oposição que reunia políticos do período pré-64 e, aos 13 de dezembro de 1968, editou o AI-5, que lhe dava poderes para fechar o Parlamento, cassar políticos e institucionalizar a repressão e a tortura. Seu governo iniciou a fase mais dura e brutal do regime ditatorial militar. Muitas pessoas foram mortas neste período, várias permanecem desaparecidas, e ainda há aqueles que foram torturados e presos.

O elevado Costa e Silva somente recebeu este nome por ter sido construído e inaugurado durante a ditadura militar, o que, em plena democracia se torna um contrassenso.

Ao contrário de Costa e Silva, João Goulart teve uma vida de luta em prol da democracia e melhoria das condições de vida da população, senão vejamos:

João Goulart nasceu na Estância de Yguariaçá, no distrito de Itacurubi, em São Borja -RS, em 1º de março de 1919, filho de Vicente Rodrigues Goulart e Vicentina Marques Goulart, mudou-se para Porto Alegre onde, após concluir o ensino médio cursou a Faculdade de Direito.

Sua vida política começou efetivamente no ano de 1945, quando aceitou o convite de Getúlio para entrar no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), onde se tornou presidente estadual e nacional.

Em 1947, concorreu a Deputado Estadual, tendo sido o quinto candidato mais votado. Em 1950 foi eleito Deputado Federal, tendo se licenciado no mesmo ano para exercer o cargo de Secretário de Estado de Interior e Justiça na gestão de Ernesto Dorneles, onde ficou até 24 de março de 1952.

Em 1953, por sua influência no movimento sindical, Vargas o nomeia Ministro do Trabalho.

Com a gestão Vargas em crise, Jango convocou o 1º Congresso Brasileiro de Previdência

Social, tendo assinado uma série de decretos em favor da previdência, tais como o financiamento de casas, a regulação de empréstimos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) e o reconhecimento dos funcionários do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

No Dia do Trabalhador de 1954, Vargas assinou um decreto aumentando o salário mínimo em 100% a pedido da classe trabalhadora, o que desencadeou forte reação entre empresários e imprensas que levaram à sua renúncia, entretanto esse fato fez dele o principal nome trabalhista do país após o suicídio de Getúlio.

Em 1955 foi eleito vice-presidente na chapa PTB/PSD, tendo obtido mais votos que o próprio presidente eleito, Juscelino Kubitschek. No ano seguinte, casou-se com a jovem Maria Teresa Goulart, com quem teve dois filhos: Denise e João Vicente.

Na eleição de 1960, foi novamente eleito vice-presidente na chapa de Janio Quadros. Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou. Em que pese a Constituição Federal já estabelecesse que o vice-presidente deveria assumir o

governo, os ministros militares opuseram-se à posse de Jango por considerá-lo uma ameaça.

Liderada por Leonel Brizola, cunhado de Jango e governador do Rio Grande do Sul, teve início o que ficou conhecido como "campanha da legalidade".

No Congresso Nacional, os parlamentares também se opuseram ao impedimento da posse de Jango. Como os militares não retrocediam, o Congresso fez uma proposta conciliatória: a adoção do parlamentarismo. O presidente tomaria posse, preservando a ordem constitucional, mas parte de seu poder seria deslocada para um primeiro-ministro, que chefiaria o governo.

No dia 2 de setembro de 1961, o sistema parlamentarista foi aprovado pelo Congresso Nacional. No dia 8, Jango assumiu a presidência e Tancredo Neves tornou-se primeiro-ministro.

A economia estava com a taxa inflacionária elevada, foi então que o governo Jango lançou o Plano Trienal, que incluía uma série de reformas institucionais para melhoria das condições de vida do povo brasileiro, entre elas:

- Reforma agrária - visava promover a democratização da terra, paralelamente à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, estendia ao campo os principais direitos dos trabalhadores urbanos. Nessa área, havia um decreto propondo a desapropriação de áreas rurais inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade.
- Reforma educacional: visava a valorização do magistério e do ensino público, o combate o analfabetismo e a multiplicação das experiências do Método Paulo Freire. Também propunha a reforma universitária, com abolição da cátedra vitalícia.
- Reforma fiscal - visava promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de arrecadação do Estado. Além de limitar a remessa de lucros para o exterior, sobretudo por parte das empresas multinacionais.
- Reforma eleitoral - pretendia a extensão do direito de voto aos analfabetos e militares de baixa patente além da legalização do Partido Comunista Brasileiro.
- Reforma urbana - 'avisando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias.
- Reforma bancária: ampliação do acesso ao crédito pelos produtores.

As reformas também previam a nacionalização de setores industriais como - energia elétrica, refino de petróleo, químico-farmacêutico. Os congressistas não aprovaram a proposta, o que impediu que o Plano Trienal obtivesse sucesso.

Em razão do desgaste da crise econômica e com a oposição militar, Jango procurou fortalecer-se com manifestações e comícios que defendiam suas propostas. No Comício da Central, como ficou conhecido, o presidente anunciou a assinatura de um decreto encampando as refinarias de petróleo privadas e outro desapropriando terras às margens de ferrovias e rodovias federais o que provocou forte reação nos setores mais conservadores e contribuiu para sua derrubada.

No dia 10 de abril, João Goulart teve seus direitos políticos cassados por 10 anos, após a publicação do Ato Institucional Número Um (AI-1).

João Goulart morreu oficialmente vítima de um ataque cardíaco, no município argentino de Mercedes, Corrientes em 6 de dezembro de 1976, contudo, há suspeitas de que fora assassinado por agentes da Operação Condor.

Ainda hoje pairam dúvidas quanto às circunstâncias da morte de Jango, com correntes favoráveis e contrárias a tese de assassinato.

Por todo o exposto, propõe-se o enquadramento da presente propositura no inciso III do artigo 5º da Lei 14.454 de 2007, uma vez que se trata o homenageado atual, de um ditador, responsável pelo ordenamento de inúmeros crimes contra a nação.

Assim sendo, conto com o apoio de meus nobres pares na aprovação deste Projeto de Lei.